ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

QUESTIONAMENTOS E ESCLARECIMENTOS Nº 1

PE N.º 88/2017

Com respeito aos questionamentos formulados por sua empresa, temos a informar o que segue:

PERGUNTA 1 – O valor a ser cadastrado no sistema do pregoabarrisul é o menor valor unitário da taxa de transações?

RESPOSTA = Correto o seu entendimento, ou seja: a disputa dar-se-á pelo menor valor unitário da taxa por transação (FEE);

PERGUNTA 2 – Tendo em vista que não será aceito taxa negativa ou zero o menor valor aceito para a taxa de transação é R\$ 0,01 (um centavo)?

RESPOSTA = Conforme o disposto no subitem 2.2 do Anexo I do Edital, além de não ser aceito valor igual a zero e tampouco negativo, também não será admitida oferta que pressuponha preço vil, irrisório. Logo, R\$ 0,01, no nosso entender, encaixa-se no conceito de preço vil, irrisório. A esse respeito, colacionamos, a seguir, manifestação do gestor dessa contratação:

“Em atenção ao questionamento abaixo, entendo que o valor unitário da FEE de R\$ 0,01 (um centavo) não deverá ser aceito pois valor manifestamente incompatível com “os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos” (subitem 5.3 do edital), preços estes trazidos ao processo administrativo que deu origem ao certame e que serviram de lastro para a fixação do valor de referência pelo Sr. Superintendente Administrativo e Financeiro. Até para o bem da disputa por lances, garantindo-se a perfeita isonomia aos demais licitantes, impende que seja afastada todo o tipo de oferta inexecutável.

Portanto, há de se rechaçar quaisquer propostas que se distanciem assim por demais do refletido no mercado, bem como das que se enquadrem, como bem dito por esse Diretor, no conceito de preço vil, irrisório.”

PERGUNTA 3 - Será necessário posto de atendimento ou escritório de representação na cidade do contratante?

RESPOSTA = No tocante a esse ponto suscitado, colacionamos, abaixo, trechos de cláusulas extraídas da minuta de contrato (Anexo IV do Edital) que dizem respeito à forma de prestação do serviço objeto do PE nº 88/2017 por parte da futura contratada:

“DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA obriga-se a:

b) fornecer passagens de qualquer companhia aérea nacional ou internacional, conforme o solicitado pela CONTRATANTE e dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e, nos regimes de plantão, durante a noite, final de semana, feriado ou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

outras eventuais paralisações ocorridas, no prazo máximo de até 04 (quatro) horas contado a partir da solicitação formal;

j) atender a CONTRATANTE de segunda a sexta, no horário das 8h30min às 18h30min, e, após este horário, inclusive finais de semana, feriados, e outras eventuais paralisações ocorridas, em regime de plantão, previamente acordado com a Primeira Secretária da CONTRATANTE, mantendo um atendimento personalizado frente às solicitações desta;

k) manter à disposição da CONTRATANTE número de telefone fixo e celular, além de endereço de e-mail, para as solicitações em horário normal de atendimento, bem como fornecer um número de celular exclusivo para atendimento em regime de plantão;

m) prestar os serviços de atendimento pessoal no aeroporto da sede da CONTRATANTE (Porto Alegre/RS), compreendendo, dentre outros, “check-in” antecipado, remarcação de bilhetes de passagens, acompanhamento e orientação na ocorrência de imprevistos (como, por exemplo, impossibilidade de “check-in”, “overbooking”), despacho de bagagens;

CLÁUSULA QUARTA – *Além das obrigações estabelecidas na cláusula segunda, a CONTRATADA obriga-se, ainda, a:*

n) manter, durante toda a execução do Contrato, um preposto na cidade de Porto Alegre/RS, objetivando, inclusive nos finais de semana ou feriados, exercer supletivamente as obrigações da alínea “i”, com ênfase a prestar esclarecimentos, receber e resolver reclamações, dentre outras atribuições; indicando o nome do preposto que irá representá-la, com endereço e telefone de contato para os casos de urgência, em conformidade com o art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.”

Isso posto, esperamos ter dirimido os pontos suscitados.

Em 05-12-2017

Ricardo G. Steno,
Pregoeiro – Diretor de Compras da AL-RS
Fone (51) 3210-1331